

POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS: A CIDADE DE SÃO PAULO COMO FOCO

JOELI ESPÍRITO SANTO DA ROCHA

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo - USP, São Paulo (Brasil).

Supervisora de Planejamento na Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas – SMB de São Paulo.

joelirocha@gmail.com

THAÍS CHANG WALDMAN

Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo - USP, São

Paulo (Brasil). Pós-Doutora Museu Paulista pela Universidade de São Paulo –

MP/USP, (Brasil).

tatawald@gmail.com

Resumo: A cidade de São Paulo possui o maior Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas do Brasil, com 106 bibliotecas e mais cinco tipos de serviços municipais em leitura. Esta pesquisa qualitativa e exploratória tem por objetivo entender as políticas públicas relacionadas às bibliotecas públicas municipais na capital paulista e como elas se materializam no cotidiano da cidade. A reflexão é fundamentada na Gestão Pública e na Ciência da Informação. Mais especificamente, trata-se de compreender as origens e a consolidação da atual rede de bibliotecas e serviços de extensão em leitura que formam o Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas (SMB). Para atingir os objetivos propostos, procurou-se conhecer: a) a origem das primeiras bibliotecas municipais na cidade; b) a evolução, por década, da quantidade de bibliotecas; c) a criação e a composição do SMB; d) o mapeamento territorial das bibliotecas públicas municipais e serviços por distrito. Como resultado, foram identificadas quatro fases que resultaram no desenvolvimento da atual rede de bibliotecas e serviços de extensão da cidade, sendo: 1^a) origem e definições (1925-1951); 2^a) expansão das bibliotecas de bairros (1952-2001); 3^a) redefinições da política para bibliotecas públicas (2001-2004); e 4^a) constituição do SMB – integração e descentralização administrativa (a partir de 2005). Conclui-se que o projeto das bibliotecas da cidade de São Paulo, por meio do SMB, deve ser constantemente revisitado e repactuado, utilizando-se de ferramentas de gestão como o Conselho Municipal de Bibliotecas, ao considerar o desenvolvimento de uma rede de serviços formada por membros de diferentes instâncias administrativas.

Palavras-chave: Políticas Públicas para Bibliotecas; Bibliotecas Públicas; Políticas Culturais em Leitura; Cidade de São Paulo; Brasil.

Abstract: The city of São Paulo has the largest Municipal System of Public Libraries in Brazil with 106 libraries and five other types of municipal services in reading. This qualitative and exploratory research aims to understand public policies related to municipal public libraries in the capital of São Paulo and how they materialize in the city. The reflection is based on Public Management and Information Science. More specifically, it is about understanding the origins and consolidation of the network of libraries and extension services in reading that form the Municipal System of Public Libraries (SMB). To achieve the proposed objectives, we sought to know: a) the origin of the first municipal libraries in the city; b) the evolution of the number of libraries per decade; c) the creation and composition of the SMB; d) the territorial mapping of municipal public libraries and services by district. As a result, four phases were identified that resulted in the development of the current network of libraries and extension services in the city: 1st) origin and definitions (1925-1951); 2nd) expansion of neighborhood libraries (1952-2001); 3rd) policy redefinitions for public libraries (2001-2004); and 4th) constitution of SMB – administrative integration and decentralization (from 2005). It is concluded that the project of the libraries of the city of São Paulo, through SMB, should be constantly revisited, renegotiated using management tools such as the Municipal Council of Libraries, when considering the development of a service network formed by members from different administrative instances.

Keywords: Public Policies for Libraries; Public Libraries; Cultural Policies in Reading; São Paulo City; Brazil.

Resumen: La ciudad de São Paulo tiene el Sistema Municipal de Bibliotecas Públcas más grande de Brasil con 106 bibliotecas y otros cinco tipos de servicios municipales en lectura. Esta investigación cualitativa y exploratoria tiene como objetivo comprender las políticas públicas relacionadas con las bibliotecas públicas municipales en la capital de São Paulo y cómo se materializan en la vida cotidiana de la ciudad. La reflexión se basa en la Gestión Pública y la Ciencia de la Información. Más específicamente, se trata de comprender los orígenes y la consolidación de la red actual de bibliotecas y servicios de extensión en lectura que forman el Sistema Municipal de Bibliotecas Públcas (SMB). Para lograr los objetivos propuestos, buscamos saber: a) el origen de las primeras bibliotecas municipales de la ciudad; b) la evolución del número de bibliotecas por década; c) la creación y composición de lo SMB; d) el mapeo territorial de las bibliotecas y servicios públicos municipales por distrito. Como resultado, se identificaron cuatro fases que dieron como resultado el desarrollo de la red actual de bibliotecas y servicios de extensión en la ciudad: 1º) origen y definiciones (1925-1951); 2º) expansión de las bibliotecas del vecindario (1952-2001); 3º) redefiniciones de políticas para bibliotecas públicas (2001-2004); y 4º) constitución de lo SMB – integración administrativa y descentralización (desde 2005). Se concluye que el proyecto de las bibliotecas de la ciudad de São Paulo, a través del SMB, necesita ser constantemente revisado, renegociado y utilizar herramientas de gestión como el Consejo Municipal de Bibliotecas, al considerar el desarrollo de una red de servicios formada por miembros de diferentes órganos administrativos.

Palabras clave: Políticas Públcas para Bibliotecas; Bibliotecas Públcas; Políticas Culturales en Lectura; Ciudad de São Paulo; Brasil.

INTRODUÇÃO

Os benefícios decorrentes do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), acentuados pelo processo de globalização, trazem impactos significativos à sociedade da informação (Castells, 1999), influenciando a gestão dos serviços informacionais das bibliotecas públicas. Estas, por sua vez, trabalham com serviços e ações que ajudam a gerir esses impactos, minimizando a distância entre pessoas que possuem acesso à informação e sabem utilizá-la em favor de suas necessidades cotidianas e as que não possuem acesso ou não sabem como utilizar a variedade de informações disponíveis, seja para resolver um problema cotidiano, acessar serviços da administração pública, procurar emprego, ou para se capacitar (Bawden, 2001; International Federation of Library Associations and Institutions [IFLA], 2012).

Segundo a IFLA (2012, p. 48), “as bibliotecas devem ficar atentas às mudanças culturais, sociais e econômicas na comunidade e desenvolver serviços suficientemente flexíveis para se adaptarem a essas mudanças”. Por isso, a ideia de biblioteca pública deve remeter àquela que efetivamente potencialize o trabalho em rede, conjuntamente com parcerias territoriais e com outros órgãos públicos, fortalecendo suas especificidades a partir de um trabalho também focado nos usuários de cada território, garantindo ações baseadas em suas políticas públicas.

A cidade de São Paulo, a mais populosa do Brasil e da América Latina, tem déficits culturais, econômicos e sociais que resultam em desigualdades entre os seus cerca de 12 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020). No entanto, é imprescindível que a cidade ofereça a todos os seus moradores ações para alcançar a igualdade de acesso a bens e serviços oferecidos e garantidos pelo governo municipal em parceria com outros organismos públicos e da iniciativa privada.

Para atender os habitantes dos seus 96 distritos (regiões administrativas da Prefeitura), a capital paulista possui o maior Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas do país, com 106 bibliotecas e mais cinco tipos de Serviços Municipais de Extensão em Leitura: Bosques da Leitura, Pontos de Leitura, Ônibus da Cultura, Caixas-Estantes e Feiras de Trocas de Livros e Gibis. Criados em épocas distintas, essas ações da gestão municipal voltadas à valorização da leitura possuem grande capilaridade na cidade e apresentam desigualdades territoriais em suas ofertas e tipos, sendo uma referência para estudos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para bibliotecas no país.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo entender as políticas públicas relacionadas às bibliotecas municipais na cidade de São Paulo e como essas políticas se materializam

no cotidiano da cidade. Mais especificamente, trata-se de compreender as origens e a consolidação da atual rede de bibliotecas que formam o Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas (SMB).

BIBLIOTECAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS

As bibliotecas públicas são instituições que prestam serviços públicos de acesso à informação e serviços que potencializam a formação de leitores. Elas vêm se transformando ao longo do tempo a fim de se adaptarem aos anseios sociais (Oliveira, 1994; Machado, 2008, 2010; Paiva & Andrade, 2014). São instituições mantidas financeiramente pelo poder público, nas suas diferentes esferas, e devem proporcionar serviços informacionais que atendam às necessidades da comunidade local (IFLA & Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura [UNESCO], 1994). Essas necessidades são advindas das demandas da própria sociedade, na qual o poder público precisa se estruturar para repensar os interesses do Estado de acordo com questões contemporâneas (Coelho, 2012; Pereira, 1995).

Maria das Graças Rua (2012) afirma que é a partir das políticas públicas que o Estado atua na sociedade e mobiliza todos aqueles envolvidos com a administração pública, com o objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. Para Jorge Castro e Márcio de Oliveira (2014), as políticas públicas são definidas como um conjunto de políticas, programas e ações implantados pelo Estado, que se concretizam na oferta de bens e serviços. Esses bens e serviços atendem às demandas resultantes das disputas políticas acerca do que é, ou deveria ser, de interesse público, ou seja, remetem a demandas de problemas que são públicos, em oposição aos problemas privados.

Ao implantar políticas públicas, o Estado pode atuar de forma direta ou indireta. Independentemente da forma de atuação do Estado, a obrigação de promover políticas públicas, seja na forma de serviços, seja na de bens, deve ser prevista em lei. Neste trabalho, compreende-se serviço público como “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas sob o regime jurídico total ou parcialmente público” (Malmegrin, 2014, p. 70).

Especificamente na área setorial da cultura, a Constituição define, em seu artigo 215, que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Isso posto, o Estado tem como responsabilidade implantar políticas públicas culturais que promovam a cidadania por meio da cultura, possibilite o acesso da população a diferentes manifestações culturais e incentive a produção e a difusão cultural em suas mais diferentes formas. Dentro dessa concepção, as bibliotecas são instituições culturais responsáveis pela execução dessa proposta do Estado.

Segundo a IFLA (2012, p. 3), “as bibliotecas públicas proporcionam recursos e serviços, numa diversidade de mídias, a fim de atender às necessidades de indivíduos e grupos em matéria de educação, informação e desenvolvimento pessoal, inclusive sua recreação e lazer”. Os serviços prestados pelas bibliotecas públicas devem atender, de modo igualitário, todos os membros do território, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência física, condição econômica, social ou escolaridade (IFLA & UNESCO, 1994).

Dentre as diretrizes apontadas pela IFLA (2012) para o desenvolvimento dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas estão:

- a) apoiar tanto a educação individual e de iniciativa própria quanto a educação formal em todos os níveis;
- b) ser um centro local de informação, que torne prontamente disponíveis aos seus usuários conhecimentos e informações de todos os tipos;
- c) oferecer oportunidades para o desenvolvimento da criatividade individual;
- d) criar e fortalecer hábitos de leitura em crianças e jovens, desde a primeira infância;
- e) possibilitar o desenvolvimento cultural local;
- f) ser espaço público e ponto de encontro do território;
- g) oferecer coleções diversificadas que não devem ser submetidas a qualquer forma de censura, seja ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais;
- h) possibilitar o acesso a todos;
- i) todos os serviços devem ser planejados de acordo com as necessidades locais;
- j) inclusive o desenvolvimento do acervo;
- k) dispor de edifício adequado de modo a refletir as funções dos serviços a serem prestados;
- l) dispor de recursos e pessoal capacitados;
- m) dispor de novas tecnologias, constantemente atualizadas, e não apenas quando implantadas;
- n) oferecer serviços remotamente, tanto pelo uso das TICs quanto com serviços ambulantes como as bibliotecas móveis (IFLA, 2012, pp. 2-20).

No Brasil, as diretrizes estabelecidas pela IFLA e pela UNESCO são reconhecidas e norteadoras para o desenvolvimento das políticas públicas para bibliotecas (Fundação Biblioteca Nacional [FBN], 2010, p. 7). Segundo Marília Paiva e Maria Eugenia Andrade (2014), que também estudaram o conceito de bibliotecas públicas a partir de diferentes órgãos e autores, essas definições são alinhadas aos preceitos definidos pela IFLA e pela UNESCO. Rolf Hapel,

durante a *Conferência Internacional Bibliotecas Públicas: Inventando o futuro*, enfatiza ainda como valores básicos para todas as bibliotecas públicas:

Assegurar o acesso livre e igualitário à informação e ao conhecimento; assegurar a formação livre de opinião; fortalecer a habilidade de leitura; levar adiante a disseminação cultural; fortalecer as habilidades criativas e analíticas pessoais; apoiar a diversidade cultural; e fortalecer o conhecimento das novas possibilidades tecnológicas (apud Paiva & Andrade, 2014, p. 101).

Vale lembrar que na área da Ciência da Informação, o termo biblioteca pública é utilizado para designar um tipo de biblioteca de acesso generalista, diferente das bibliotecas escolares, universitárias e especialistas, que, embora possam ser públicas (mantidas pelo Estado), são voltadas para o atendimento ao público de uma organização.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo possui uma expressiva quantidade de bibliotecas públicas municipais. Essas bibliotecas foram criadas desde o início do século XX, acompanhando o desenvolvimento e a expansão territorial da cidade. Quando analisamos os períodos de desenvolvimento dessa rede de bibliotecas, podemos classificá-los em quatro fases: 1^a) origem e definições (1925-1951); 2^a) expansão das bibliotecas de bairros (1952-2001); 3^a) redefinições da política para bibliotecas públicas (2001-2004); e 4^a) constituição do SMB – integração e descentralização administrativa (a partir de 2005).

Primeira fase: origem e definições (1925-1951)

Na primeira fase, temos a origem e as definições da constituição de uma política pública para bibliotecas na municipalidade. Como marco inicial dessa fase, consideramos a Lei n. 2.836 (1925), promulgada pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto, autorizando o presidente da Câmara Municipal a reformar a Biblioteca Municipal e a mudá-la para um local “mais apropriado”, pois a biblioteca passaria a ser franqueada ao público. Até então, tratava-se da única biblioteca municipal, criada pela Lei n. 1.051 (1907), sendo anexa à seção para os Serviços de Instrução

Pública, Estatística e Arquivo Municipal, na Secretaria Geral da Prefeitura, “para uso dos vereadores e de todas as repartições municipais” (Lei n. 1.051, 1907). Custeada pelos cofres públicos municipais, ela se torna efetivamente do tipo pública ao ser aberta e planejada para atender às necessidades da população em geral e não de um público restrito (Negrão, 1983; Assis, 2013).

No dia 14 de janeiro de 1926, a Biblioteca Municipal foi inaugurada em um prédio alugado e reformado na Rua 7 de Abril, em São Paulo. Além do acervo, a biblioteca contava com: sala de conferência, sala para leitura, equipamentos cinematográficos para exibição de filmes científicos e de viagens. Possuía serviços de apoio, como gabinete para ampliação e reprodução fotográfica, oficina de encadernação com máquinas alemãs e estufas para desinfecção dos livros (Negrão, 1983, p. 35). May Brooking Negrão, ao descrever os serviços da biblioteca, aponta ainda que o acesso à seção de consulta só era permitido a maiores de 12 anos, o que indica que o público infantil não fazia parte do universo abrangido pela instituição.

A criação do Departamento de Cultura e Recreação pelo Ato n. 861 (1935), voltado, entre outras funções, a “criar e organizar bibliotecas públicas de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população” (Ato n. 861, 1935, p. 2), vai influenciar os rumos das políticas culturais para bibliotecas na cidade. Com o Departamento, é estabelecida uma política cultural para a cidade, na qual as bibliotecas disseminariam cultura e educação (Gomes, 2008; Assis, 2013).

A Divisão de Bibliotecas, uma das três divisões do Departamento, ficou responsável por organizar: os serviços da Biblioteca Municipal, que são ampliados, incluindo a criação de um serviço de biblioteca infantil; “os serviços de Bibliotecas Populares e Infantis de Bibliotecas Circulantes”; um pequeno curso de biblioteconomia; uma biblioteca infantil e outras que fossem criadas com o tempo (Ato n. 861, 1935). O Ato n. 861 é aperfeiçoado pelo Ato n. 1.146 (1936).

Assim, em 1936, são iniciadas as atividades da Biblioteca Circulante que percorria os Parques Infantis, projeto do Departamento de Cultura, instalados no Jardim da Luz, no Parque Siqueira Campos e na Praça da República (Gomes, 2008). Um dos serviços oferecidos pelo projeto dos Parques Infantis é a Biblioteca Circulante (biblioteca móvel). O serviço constitui-se de um carro Ford, adaptado para livros, revistas e jornais, que carregava cadeiras e lonas a serem montadas nos parques para leitura. O serviço foi bem recebido pela população, principalmente a consulta de jornais e revistas, conseguindo atingir tanto adultos quanto crianças, além de servir de chamariz para o uso da Biblioteca Municipal (Negrão, 1983). Porém, foi desativado durante a Segunda Guerra, em 1942, por falta de gasolina. Foi reativado em 1979 e, desde então, o projeto

tem sido reformulado e funcionado por períodos intermitentes, em veículos como ônibus adaptados, tendo como foco atender bairros onde faltam bibliotecas públicas. Em 2019, o serviço passou a ser denominado Ônibus da Cultura.

Também em 1936, a Biblioteca Infantil Municipal é inaugurada em sua primeira sede em um casarão na Rua Major Sertório, com a proposta de atender crianças. A biblioteca oferecia diversas atividades – encontro com escritores, hora do conto, sessões de filmes educativos, teatro infantil, criação de um jornal produzido pelas crianças e jovens denominado *A Voz da Infância*, acesso a coleções de selos e moedas antigas, sala de jogos e festas (Negrão, 1983; Assis, 2013; Gomes, 2008) – e, a partir de então, se torna referência na cidade ao trabalhar com o público infantil, misturando práticas culturais e educativas, sendo precursora de outras bibliotecas infantis, tanto no município como no interior do estado. Em 1955, ela passa a chamar-se Monteiro Lobato (BML), cujo prédio atual está localizado na Rua General Jardim, no centro da cidade.

O acervo da Biblioteca Municipal é cada vez mais aumentado, especialmente com a incorporação do acervo da Biblioteca Pública Estadual, desativada após a Lei Estadual n. 2.839, (1937). Essa lei regulamentou as bibliotecas do estado de São Paulo ao definir que as bibliotecas universitárias, assim como as dos institutos especializados e aquelas anexas a repartições e escolas públicas estaduais, seriam responsabilidade do Estado (Lei n. 2.839, 1937). Aos municípios, “competiam os mesmos serviços em relação às bibliotecas não especializadas, às repartições municipais e às populares e infantis, quando não forem anexas a estabelecimentos estaduais de ensino” (Lei n. 2.839, 1937, p. 3). Por meio dessa lei, fica definida a responsabilidade dos municípios para com as bibliotecas públicas, o que nos faz entender o porquê de o município ter sido o protagonista na implantação das bibliotecas públicas da cidade até 2006.

Além do acervo da Biblioteca Estadual, a Biblioteca Municipal passa a incorporar livros raros e especiais, mapas, gravuras, a receber doações de coleções particulares importantes, a receber livros em contrapartida de impostos, o que ocasionou a mudança da biblioteca para o seu atual prédio, localizado na Rua da Consolação (Negrão, 1983). A inauguração do novo prédio ocorreu em 1942, na gestão do prefeito Prestes Maia. Desde então, a biblioteca vem ampliando seus serviços e acervos. Em 1960, a Biblioteca Municipal passa a se chamar Biblioteca Mário de Andrade (BMA), em homenagem ao escritor modernista.

Outra ação efetivada pela Divisão de Bibliotecas no período é a criação do Curso de Biblioteconomia do Estado, o segundo em funcionamento no país. Esse curso se torna referência

para a criação de outros cursos de biblioteconomia, a fim de qualificar profissionais para atuar em bibliotecas dos diferentes tipos (Oliveira, 1994).

Para Leonardo de Assis (2013), mais do que a criação de um curso de biblioteconomia para atender à demanda da Prefeitura Municipal de São Paulo, “houve a necessidade de criação de um corpo funcional capaz de colocar em prática um projeto de política cultural” (Assis, 2013, p. 94), tanto da cidade como do estado de São Paulo. Secundando Assis (2013), podemos inferir que esse corpo técnico de profissionais ativos e articulados foi responsável pela expansão da rede de bibliotecas e pela atual configuração da quantidade de cargos efetivos para bibliotecários na cidade. Isso porque os serviços de atendimento prestados pelas bibliotecas são oferecidos diretamente pela Prefeitura, que não os delega, a não ser para alguns cargos em comissão, voltados para áreas de chefia.

Segunda fase: expansão das bibliotecas de bairros (1952-2001)

Na primeira fase, baseada na lógica de criação das duas principais bibliotecas da cidade em separar os serviços das bibliotecas entre atendimento voltado para os públicos adulto e adolescente, oferecido pela Biblioteca Municipal (BMA), e os serviços para crianças oferecidos pela Biblioteca Infantil (BML), são definidos os direcionamentos para a constituição das futuras bibliotecas de bairro da cidade entre: bibliotecas infantojuvenis (BIJs), para atendimento de crianças até 14 anos; e bibliotecas públicas (BPs), para atendimento a adolescentes e adultos.

Desse modo, em 1946, é inaugurada a primeira biblioteca infantil de bairro (BIJ), na Rua Santelmo (atual Cojuba), no Itaim Bibi. Em adição, com a Lei n. 4.053 (1951), é criada a Divisão de Bibliotecas Infantojuvenis e de Cinema Educativo, subordinada diretamente ao Departamento de Educação e Cultura, responsável por implantar e supervisionar as bibliotecas infantojuvenis.

Na segunda fase, temos a expansão da rede de bibliotecas na década de 1950 até o ano de 2001, na qual são implantadas mais sessenta bibliotecas de bairro com a divisão de atendimento etário. Como podemos observar na Tabela 1, a cidade teve uma expansão acentuada das BIJs e BPs nas décadas de 1950, 1960 e 1980. Tais períodos coincidem com uma elevada taxa média de crescimento populacional anual da cidade, de 4,9%, 5,5% e 3,7% (Tabela 2), respectivamente.

Tabela 1

Expansão das bibliotecas públicas municipais na cidade de São Paulo, por década (1920 a 2004), tipo – bibliotecas centrais de amplo alcance (BMA e BML), bibliotecas infantojuvenis, bibliotecas públicas e bibliotecas dos CEUs – e total

Bibliotecas/Década	20	30	40	50	60	70	80	90	2000-04	Total
Centrais/Amplo alcance	1	1					1			3
BIJs			1	14	7	1	9	3		35
BPs				5	6	2	11	2	1	27
CEUs									21	21
Total	1	1	1	19	13	3	21	5	22	86

Fonte: Elaboração própria a partir de Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis (1999); Departamento de Bibliotecas Públicas (2000).

Tabela 2

População do município de São Paulo (em milhares), por década, 1920 a 2010, e taxa média geométrica de crescimento anual da população (TGCA)

Município	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População	580	1.080	1.327	2.151	3.668	5.925	8.493	9.646	10.434	11.254
TGCA (%)		6,4	2,1	4,9	5,5	4,9	3,7	1,2	0,9	0,8

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2019); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados [SEADE], (1929).

A Divisão de Bibliotecas Públicas ficou responsável pela implantação e supervisão das 27 bibliotecas (BPs) para atendimento a adultos e jovens a partir de 15 anos, e a Divisão de Bibliotecas Infantojuvenis, responsável pela implantação de 34 bibliotecas para crianças. Essa política é reafirmada com a Lei n. 8.204 (1975), na qual as duas divisões se tornam departamentos na SMC.

Na Tabela 3, é possível perceber que as primeiras bibliotecas, BMA e BML (centrais), BIJs e BPs são implantadas em territórios com maiores concentrações populacionais, tais como distritos que formam as subprefeituras de: Sé, Mooca, Ipiranga, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Aricanduva/Vila Formosa e Carrão – distritos que ocupam as posições 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, respectivamente, na quantidade de população na década de 1950. Ao mesmo tempo, também há uma expansão gradativa de bibliotecas em distritos mais afastados e menos populosos, como Santo Amaro, na década de 1950.

Tabela 3

Distribuição populacional da cidade de São Paulo por subprefeitura, na década de 1950, posição (crescente) dos territórios com maiores quantidades de população e número de bibliotecas, por década (1950-1990)

Subprefeituras	Pop.1950	Dec. 1950		Dec. 1960		Dec. 1970		Dec. 1980		Dec. 1990	
		Posição	Nº Biblio.								
Sé	350.947	1	2	1	3	1	3	1	4	3	4
Mooca	262.890	2	5	2	7	2	7	4	7	12	7
Ipiranga	190.612	3	1	3	2	3	2	5	3	5	3
Pinheiros	169.003	4	2	4	2	6	3	6	3	14	3
Lapa	162.030	5	3	5	3	11	3	10	3	21	3
Vila Mariana	117.436	6	3	7	3	8	3	8	3	15	3
Aricanduva/ Formosa/Carrão	112.431	7	1	8	3	9	3	12	3	23	3
Penha	105.015	8		6		4	2	2	4	2	4
Casa Verde/ Cachoeirinha	98.662	9		11		12		13		19	1
Vila Prudente/ Sapopemba	96.579	10	1	10	1	5	1	3	3	1	3
Vila Maria/Vila Guilherme	79.609	11	1	9	1	7	1	7	2	13	2
Santana/Tucuruvi	79.288	12	2	12	2	10	2	9	5	11	5
Freguesia/ Brasilândia	36.815	13		13	2	13	2	11	2	10	2
Jaçanã/Tremembé	35.113	14		14		19		27		26	1
Pirituba	31.505	15		15	2	14	2	21	3	18	3
São Mateus	29.586	16		20		21		23		20	
Jabaquara	26.854	17		16		17		25	2	25	2
Butantã	24.372	18		18		15		14	1	9	1
Cidade Ademar	20.415	19		21		16		15		17	
Ermelino Matarazzo	19.040	20		17		25		26		27	1
Santo Amaro	19.038	21	1	19	2	20	2	22	2	24	2
Itaquera	15.246	22		23		22		20	3	4	3
Itaim Paulista	12.722	23		25		27		24		22	1
Campo Limpo	12.703	24		24		23		18	2	7	2
São Miguel	12.064	25		22		18		19	1	16	1
M'Boi Mirim	10.902	26		26		24		17		8	
Guaiuanases	6.704	27		28	1	28	1	28	1	28	2
Capela do Socorro	6.583	28		27		26		16	1	6	1
Perus	4.792	29		29	1	29	1	29	1	31	1

Subprefeituras	Pop.1950	Dec. 1950		Dec. 1960		Dec. 1970		Dec. 1980		Dec. 1990	
		Posição	Nº Biblio.								
Parelheiros	1.759	30		30		30		30		30	
Cidade Tiradentes	599	31		31		31		31		29	

Fonte: Elaboração própria a partir de Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis (1999); Departamento de Bibliotecas Públicas (2000); IBGE (2019).

Cabe notar que na década de 1980, na contramão das políticas implantadas para bibliotecas públicas e para bibliotecas infantojuvenis que se distinguiam pela separação de atendimento por segmento etário, é criado o Centro Cultural São Paulo (CCSP), em 1982. Esse centro cultural tem como proposta ser um espaço multidisciplinar, integrando os diferentes espaços que o compõem (Lei n. 9.467, 1982), o que acaba por influenciar a implantação de suas bibliotecas. A sua primeira biblioteca, desde o início de suas atividades, nasce voltada para o atendimento a todas as faixas etárias. Essa mudança possibilita inferir que o remodelamento do atendimento influenciará nos direcionamentos que marcam a terceira fase da expansão da rede de bibliotecas.

Terceira fase: redefinições da política para bibliotecas públicas (2001-2004)

Nesta fase, temos como marco a implantação, em 2003 e 2004, das 21 primeiras bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. O projeto nasce de uma lógica de integração de políticas públicas nas áreas da educação, da cultura, do esporte e da inclusão digital (Lemos, 2012). Os CEUs são equipamentos implantados nas zonas periféricas de São Paulo, em que a “ação educativa é norteada pelos princípios da participação, descentralização e autonomia, bem como da inclusão, não só escolar, mas também socioeconômica da população” (Decreto n. 42.832, 2003).

As bibliotecas dos CEUs nascem de uma proposta híbrida de biblioteca escolar com biblioteca pública. Essas bibliotecas, classificadas por Lemos (2012) como bibliotecas educativas, teriam, em sua primeira fase, 21 unidades implantadas por bibliotecários da SMC, todos ligados aos Departamentos de BIJ e BP, que, à época, estavam em processo de fusão. Diferente da história que deu origem às bibliotecas da SMC, as bibliotecas dos CEUs são modeladas com a missão de atender a todos os públicos etários.

A implantação das bibliotecas dos CEUs fez com que a SMC acelerasse a integração dos dois departamentos existentes, a fim de viabilizar o projeto das bibliotecas dos CEUs e, ao mesmo tempo, “integrar as políticas culturais para bibliotecas, com vistas à reformulação de ações e serviços fins, incluindo readequação administrativa, atendendo assim às necessidades e expectativas das comunidades, interna e externa” (Departamento de Bibliotecas Públicas & Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis, 2002, p. 1).

Para atenderem aos novos direcionamentos da política cultural da cidade, em 2002, os Departamentos de BIJ e BP elaboraram o documento denominado *Projeto Bibliotecas d@cidade de São Paulo*. Nesse documento, os dois departamentos procuraram integrar as bibliotecas que ocupavam o mesmo espaço físico, mas que eram geridas em separado.

Em paralelo ao esforço de integrar as dezesseis bibliotecas (infantis e adultas) que ocupavam os mesmos prédios (Tabela 4), os dois departamentos iniciam os trabalhos de integração de procedimentos técnicos nas áreas de tratamento técnico do acervo das bibliotecas (catalogação, indexação, desenvolvimento das coleções etc.), planejamento e administrativo (Departamento de Bibliotecas Públicas & Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis, 2002, 2003, 2004).

Tabela 4

Bibliotecas BIJ e BP que ocupavam o mesmo espaço físico

Bairro	BIJ	BP	Metragem (m ²)
Canindé	Adelpha Figueiredo	Adelpha Figueiredo	785
COHAB 1 Itaquera	Jovina Rocha A. Pessoa	Plínio Ayrosa	185
Jabaquara	Dr. Joaquim José de Carvalho	Paulo Duarte	540
Penha	Sra. Leandro Dupré	Guilherme de Almeida	807
Pirituba	Orígenes Lessa	Brito Broca	280
Tucuruvi	Sylvia Orthof	Dinah Silveira de Queiroz	142
Vila Formosa	José Paulo Paes	Paulo Setúbal	370
Vila Maria	Pablo Neruda	Álvares de Azevedo	939

Fonte: Departamento de Bibliotecas Públicas e Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis (2002, p. 2).

Mais do que integrar as bibliotecas, os profissionais envolvidos no processo conseguiram atingir seus objetivos ao implantar as 21 bibliotecas dos CEUs e desenvolver um novo projeto para as bibliotecas públicas da SMC. Nesse novo projeto, as práticas educacionais preponderantes até então nas bibliotecas da SMC se transformaram em práticas culturais, efetivamente, para atender a todos. Esse projeto resultou no Decreto n. 46.434 (2005), de criação do SMB, pelo prefeito José Serra. Trata-se de um importante divisor das políticas culturais para bibliotecas na cidade de São Paulo.

Além do contexto municipal, na fase de implantação do SMB, o Brasil intensificou as suas políticas públicas na área da leitura mediante movimento iniciado em 2003 pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe (CERLALC) (Weiers, 2011). Em 2005, em articulação da CERLALC com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a UNESCO, comemorou-se o Ano Ibero-Americano da Leitura, que, no Brasil, foi intitulado pelo governo federal como Projeto Viva Leitura, no qual espaços como as bibliotecas passam a intensificar os seus programas de incentivo à leitura. Como desdobramento do Programa Viva Leitura, a sociedade civil organizada, acadêmicos e membros da cadeia produtiva do livro foram convidados a participar da elaboração do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) (Machado, 2010). Plano instituído em 2006 (Portaria Interministerial n. 1.442, 2006), o PNLL “consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país” (Decreto n. 7.559, 2011).

Essas políticas fomentadas em nível federal também impactaram a cidade de São Paulo, visto que, no mesmo período, a cidade se preparava administrativamente para um novo projeto de bibliotecas. Projeto que se desenvolve, principalmente, a partir de 2005, aproximando-se das práticas culturais de promoção da leitura, formação de novos leitores, intensificação dos programas culturais nas bibliotecas, criação de projetos como as bibliotecas temáticas, implantação e expansão dos serviços municipais de leitura e criação do Plano Municipal do Livro, da Leitura, Litaratura e Biblioteca (PMLLB) em 2015 (Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas [CSMB], 2012, 2016; Lei n. 16.333, 2015).

Quarta fase: constituição do SMB – integração e descentralização administrativa (a partir de 2005)

Com o Decreto n. 46.434 (2005), complementado pelos Decretos n. 48.166 (2007), n. 49.172 (2008) e n. 58.207 (2018), oficialmente os dois departamentos de bibliotecas são extintos, surgindo e consolidando a CSMB como departamento da SMC; as bibliotecas infantis e adultas

localizadas no mesmo prédio são integradas; as bibliotecas de bairros passam a atender a todas as faixas etárias, com exceção da BML, que mantém a política de atendimento infantojuvenil; a BMA adquire o status de departamento na SMC, devido a sua importância para a cidade e a natureza dos seus serviços prestados, que a diferenciam de uma biblioteca de bairro.

O SMB é destinado a “desenvolver processos, serviços, iniciativas que atendam às necessidades de prover amplo acesso à informação, à leitura e à aquisição e produção de conhecimento, visando o estímulo da reflexão crítica e da criação cultural” (Decreto n. 46.434, 2005, p. 1). Integram o SMB: a) as bibliotecas de bairro; b) as bibliotecas BMA, BML e as três bibliotecas do CCSP – bibliotecas de referência para a cidade, visto que possuem acervo e serviços diferenciados em relação às bibliotecas de bairros e são planejadas para ter amplo alcance na cidade; c) as bibliotecas dos CEUs; d) a Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal; e) os Espaços de Leitura – espaços que disponibilizam materiais informativos para o público, como jornais e revistas; e os f) Serviços de Extensão.

Os Serviços de Extensão, posteriormente denominados Serviços Municipais de Extensão em Leitura, são compostos pelo Ônibus da Cultura, que, em 2020, consistia em um ônibus que percorria doze roteiros fixos para atender a regiões desprovidas de equipamentos culturais; pelos Pontos de Leitura, instalados em parceria com subprefeituras e instituições diversas, para suprir as necessidades de leitura e informação em locais não servidos por bibliotecas; pelos Bosques da Leitura, localizados em parques da cidade, que oferecem acesso à leitura de jornais, revistas e literatura nos finais de semana; pelas Caixas-Estantes – caixas com, aproximadamente, trezentos livros, disponibilizadas para instituições parceiras; e pelas Feiras de Trocas de Livros e Gibis que ocorrem, anualmente, em parques públicos. Entre 2006 e 2012, foram criados pela CSMB quinze Pontos de Leitura e doze dos treze Bosques de Leitura (CSMB, 2012). É possível observar que, nesse período, a estruturação e a expansão dos serviços de extensão foram as alternativas escolhidas pela SMC para ampliar a oferta de serviços de leitura.

Em adição, foram implantadas pela SMC e suas fundações as bibliotecas Jayme Cortez, em 2006, e Maria Firmina dos Reis, em 2010, localizadas em centros culturais, o que demonstra uma tendência de implantação de novas bibliotecas em espaços múltiplos (biblioteca, teatro, salas de oficinas etc.) e não mais como um único equipamento.

O Decreto n. 46.434 (2005) de criação do Sistema previa uma política conjunta entre a SMC e a Secretaria Municipal de Educação (SME) para o desenvolvimento das bibliotecas da cidade. A princípio, as bibliotecas dos CEUs teriam uma gestão compartilhada entre SMC e SME, tendo na CSMB um Núcleo de Coordenação das Bibliotecas dos Centros Educacionais

Unificados (Decreto n. 46.434, 2005, art. 3). No entanto, com o fim do acordo de gestão intersecretarial dos CEUs no governo José Serra, as bibliotecas dos CEUs passaram a ser geridas unicamente pela SME. No governo Gilberto Kassab, 24 bibliotecas de CEUs são inauguradas, e mais uma na gestão Fernando Haddad, totalizando 46 bibliotecas de CEUs, em 2019. No governo de Bruno Covas, em 2020, são inaugurados dois novos CEUs (Vila Alpina e Tremembé), para os quais, a cada um, está prevista uma biblioteca. Porém, neste estudo, elas não foram consideradas, pois ainda não foram montadas, não estão em funcionamento e não se sabe a forma de gestão.

Tabela 5

Bibliotecas públicas e Serviços de Extensão em Leitura, por vinculação administrativa, segundo os tipos – São Paulo – 2021

Bibliotecas públicas, Serviços de Extensão em Leitura e Espaços de Leitura	Vinculação administrativa					
	Total	SMC / CSMB	SMC/CS MB e Parceiros	SMC / outras unidades administrativas	SME / CEUs	Outros órgãos municipais
Total	160	55	51	5	46	3
Bibliotecas	106	54		5	46	1
Bibliotecas públicas de amplo alcance	6	1	-	5	-	-
Bibliotecas públicas de bairros	54	53	-	-	-	1
Bibliotecas de CEUs	46	-	-	-	46	-
Espaços de Leitura	2	-	-	-	-	2
Serviços de Extensão em Leitura	52	1	51	-	-	-
Caixa-Estante	15	-	15	-	-	-
Feira de Troca de Livros e Gibis	8	-	8	-	-	-
Pontos de Leitura	15	-	15	-	-	-
Bosques de Leitura	13	-	13	-	-	-
Ônibus da Cultura	1	1	-	-	-	-

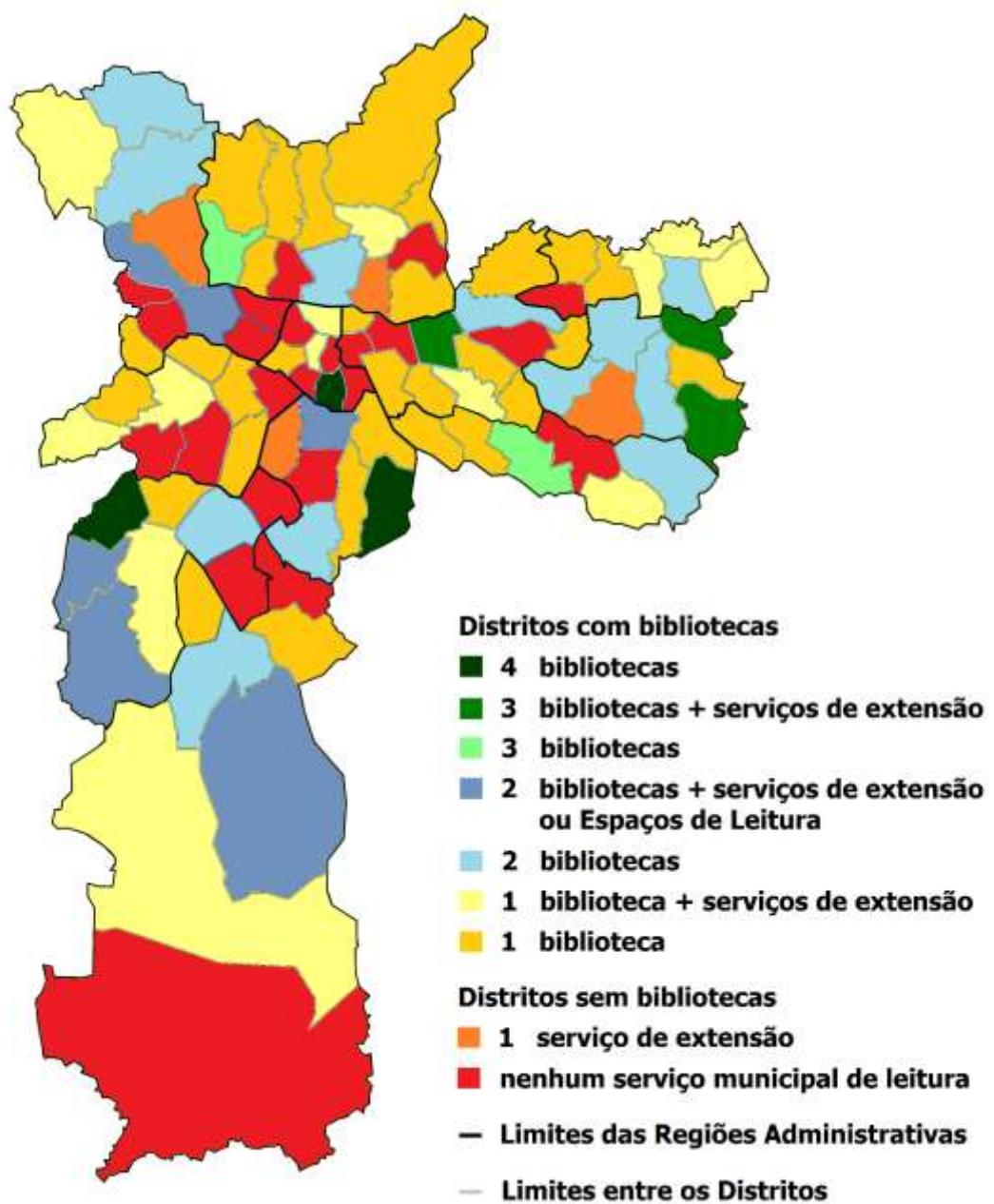
Notas: Os dados referentes às Feiras e à Caixa-Estante são de 2019. São serviços que têm variação quantitativa de um ano para outro. **Fonte:** Baseado em CSMB (2017).

Mesmo com diversidade dos tipos de bibliotecas, também é constatado na Figura 1 que a cidade de São Paulo ainda apresenta 23 distritos (em cor vermelha), de 96, sem biblioteca pública, Espaços de Leitura, Pontos de Leitura ou Bosques (Serviços de Extensão em Leitura

considerados pela CSMB como metodologia para a expansão dos seus serviços). Os 23 distritos são: Casa Verde, Jaguara, Vila Leopoldina, Morumbi, Vila Sônia, Campo Grande, Marsilac, Cidade Ademar, Campo Belo, Saúde, São Mateus, Ponte Rasa, Vila Matilde, Vila Medeiros, Jardim Paulista, Perdizes, Santa Cecília, Sé, Brás, Cambuci, Belém, Bela Vista e Barra Funda. Esses vazios indicam a necessidade de continuar expandindo a rede de bibliotecas da cidade; no entanto, na atual conjuntura de racionalização dos serviços públicos, é importante levar em consideração métodos que abarquem outros indicadores, além do número de bibliotecas municipais, conforme proposto pela CSMB (2017). Lembremos que o Ônibus da Cultura é o serviço utilizado para atender aos distritos sem bibliotecas ou outros serviços de extensão, tal como é o caso de São Mateus; no entanto, o serviço tem funcionado por períodos intermitentes, principalmente a partir de 2015.

Figura 1

Distritos por número de bibliotecas municipais e atrelados à existência ou não de Espaços de Leitura, Pontos de Leitura ou Bosques da Leitura (Serviços Municipais de Extensão em Leitura) – São Paulo – 2016



Fonte: CSMB (2017, p. 34).

A fim de avaliar, integrar e dar diretrizes para os trabalhos do SMB e seus membros, o Decreto n. 46.434 (2005) estabeleceu a criação do Conselho Municipal de Bibliotecas, de caráter consultivo, formado por: coordenador do SMB; diretores da BMA, da BML, das bibliotecas do CCSP; representantes eleitos do SMB; representantes da comunidade acadêmica, representante indicado pela Federação Brasileira de Associação dos Bibliotecários (FEBAB) e representantes da comunidade de escritores. O Conselho Municipal de Bibliotecas é um importante instrumento de gestão na definição de um projeto conjunto para as bibliotecas da cidade. Porém, ele tem sido, desde a criação do SMB, pouco explorado, muitas vezes sem funcionar efetivamente.

CONCLUSÃO

No presente artigo, buscamos compreender a origem e a configuração da rede de bibliotecas e serviços de extensão em leitura que formam o SMB. Classificamos em quatro fases os períodos de desenvolvimento dessa rede de bibliotecas na cidade de São Paulo: 1^a) origem e definições (1925-1951); 2^a) expansão das bibliotecas de bairros (1952-2001); 3^a) redefinições da política para bibliotecas públicas (2001-2004); e 4^a) constituição do SMB – integração e descentralização administrativa (a partir de 2005). Identificamos também os 23 distritos que não possuem bibliotecas municipais, Pontos ou Bosques da Leitura.

Julgamos que a classificação adotada e a forma como as informações foram apresentadas são uma contribuição importante deste trabalho, visto que o mesmo faz, conjuntamente, uma breve retrospectiva histórica e aborda a atual composição do SMB – análises importantes a serem apresentadas aos gestores que assumem cargos de liderança na SMC, ainda que seja fundamental um estudo dos impactos, após 2015, da PMLLB, assim como estudos territoriais e históricos mais amplos, considerando outros entes da Federação e bibliotecas comunitárias.

Por fim, para que as bibliotecas possam atender às necessidades da população e oferecer serviços informacionais eficientes, acreditamos que o projeto das bibliotecas da cidade, por meio do SMB, precisa ser constantemente revisitado, repactuado e, o mais importante, apoiado pelas instâncias administrativas do primeiro escalão da política. Ademais, ferramentas de gestão, como o Conselho Municipal de Bibliotecas, são importantes ao considerar o desenvolvimento de uma rede de bibliotecas formada por membros de diferentes instâncias administrativas, principalmente quando se busca implantar uma política pública em conjunto para a cidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Claudio Roberto da Silva e ao Dr. Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas, pelas ricas discussões. Aos funcionários que se dedicaram à construção e à melhoria contínua da rede municipal de bibliotecas públicas na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- Assis, L. S. (2013). Bibliotecas públicas e políticas culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Ato n. 861. (1935, 30 de maio). Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0861-1935.pdf>
- Ato n. 1.146. (1936, 4 de julho). Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP1146-1936.pdf>
- Bawden, D. (2001). Information and digital literacies: a review of concepts. *Journal of Documentation*, 57(2), 218-259. <http://dx.doi.org/10.1108/eum0000000007083>
- Castells, M. (1999). A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Castro, J. A., & Oliveira, M. G. (2014). Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). *Avaliação de política*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, cap. 1, p. 20-48.
- Coelho, R.C. (2012). O público e o privado na gestão pública (2a. ed., p. 76). Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração, UFSC.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988, 5 de outubro). Brasília. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. (2012). Relatório de Gestão: 2009-2012 (p. 82). São Paulo: CSMB. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/CSMB%20-%20RELATORIO%20GESTAO%202009-2012%20site_1385136275.pdf

Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. (2016). Relatório de Gestão: 2013-2016. São Paulo: CSMB. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/CSMB_relatorio_gestao_2013-2016_para_publicacaov2_1496077191.pdf

Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. (2017). Bibliotecas e Serviços de Extensão em Leitura no Município de São Paulo: Diagnóstico socioterritorial (p. 257). São Paulo: CSMB. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HnqmcvT986fMBqt8z5MKSCJHdA71SLK_/view?usp=sharing

Decreto n. 42.832. (2003, 6 de fevereiro). Cria os Centros Educacionais Unificados que especifica. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sao-paulo/decreto/2003/4283/42832/decreto-n-42832-2003-cria-os-centros-educacionais-unificados-que-especifica>

Decreto n. 46.434. (2005, 6 de outubro). Dispõe sobre a reorganização parcial da SMC; institui o Sistema Municipal de Bibliotecas; transfere os equipamentos culturais que especifica das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46434-de-6-de-outubro-de-2005>

Decreto n. 48.166. (2007, 2 de março). Dispõe sobre a transferência de bibliotecas das Subprefeituras, para a Secretaria Municipal de Cultura – SMC, altera a lotação de cargos de provimento em comissão que especifica e cria a Coordenação Regional Leste II, na Supervisão de Bibliotecas, da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em : <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-48166-de-2-de-marco-de-2007>

Decreto n. 49.172. (2008, 31 de janeiro). Dispõe sobre a requalificação de equipamentos culturais da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, da Secretaria Municipal de Cultura, bem como transfere os acervos municipais que especifica e altera o Decreto nº 48.166, de 2 de março de 2007. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-49172-de-31-de-janeiro-de-2008/detalhe>

Decreto n. 7.559. (2011, 1 de setembro). Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7559.htm

Decreto n. 58.207. (2018, 24 de abril). Dispõe sobre a reorganização da SMC, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58207-de-24-de-abril-de-2018/detalhe>

Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis (1999). Projeto Memória do Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis, 1. São Paulo: DBIJ.

Departamento de Bibliotecas Públicas. (2000). Histórico das Bibliotecas Públicas (p. 17). São Paulo: DBP.

Departamento de Bibliotecas Públicas, & Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis. (2002). Projeto bibliotecas d@ cidade de São Paulo (p. 6). São Paulo: DBP: DBIJ.

Departamento de Bibliotecas Públicas, & Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis. (2003). Normas para a junção das bibliotecas (p. 7). São Paulo: DBP: DBIJ.

Departamento de Bibliotecas Públicas, & Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis. (2004). Uniformização dos processos técnicos das bibliotecas de BIJ E BP que estão unificando os seus acervos (p. 15). São Paulo: DBP: DBIJ.

Fundação Biblioteca Nacional (2010). Biblioteca pública: princípios e diretrizes (2. ed., p. 160). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (1929). Anuário estatístico de São Paulo. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011042&parte=1>

Gomes, D. P. (2008). O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019, 3 de março). Tabela 1287 – Censos Demográficos de 1920 a 2010 [base de dados]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1287>

International Federation of Library Associations and Institutions (2012). Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas (p. 162). Brasília, DF: Briquet de Lemos.

International Federation of Library Associations and Institutions, & Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1994). Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>

Lei n. 1.051. (1907, 17 de outubro). Cria na Secretaria Geral da Prefeitura mais uma seção (terceira) para os serviços de instrução pública, estatística e arquivo municipal. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L1051.pdf>

Lei n. 2.836. (1925, 25 de fevereiro). Autoriza o presidente da Câmara a reformar a Biblioteca Municipal. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L2836.pdf>

Lei n. 2.839. (1937, 5 de janeiro). Regulamenta os serviços de organização, administração e desenvolvimento de bibliotecas no estado. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1937/lei-2839-05.01.1937.html>

Lei n. 4.053. (1951, 30 de maio). Cria a Divisão de Bibliotecas Infantojuvenis e de Cinema Educativo. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L4053.pdf>

Lei n. 8.204. (1975, 13 de janeiro). Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L8204.pdf>

Lei n. 9.467. (1982, 6 de maio). Cria, na Secretaria Municipal de Cultura, o Centro Cultural São Paulo, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L9467.pdf>

Lei n.16.333.(2015, 18 de dezembro). Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16333-de-18-de-dezembro-de-2015>

Lemos, C. K. (2012). Bibliotecas dos Centros Educacionais (CEUs): a construção de uma cultura comum. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Machado, E. C . (2008). Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/T.27.2008.tde-07012009-172507

- Machado, E. C . (2010, jul.). Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, 1(1), 94-111.
- Malmegrin, M. L. (2014). Gestão operacional (3a. ed., p. 198). Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração, UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB.
- Negrão, M. B. (1983). Biblioteca pública municipal de São Paulo: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, SP, Brasil.
- Oliveira, Z. C. P.(1994). A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Paiva, M. A. M., & Andrade, M. E. A. (2014, dez.). Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006. Perspectivas em Ciência da Informação, 19, 95-114. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2278>
- Pereira, L. C. B. (1995). A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira. ESAF, Brasília, DF. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/98.ReformaAparelhoEstado_Constituicao.pdf
- Portaria Interministerial n. 1.442. (2006, 10 de agosto). Ministério da Educação e Ministério da Cultura. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. Brasília: Ministério da Educação e Ministério da Cultura. Recuperado em 26 março 2021, de <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibalink.php?numlink=1-83-31-2006-08-10-1442>
- Rua, M. G. (2012). Políticas públicas (2a. ed., p. 134).Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração, UFSC.
- Weiers, D. P. (2011). Políticas públicas de fomento à leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais. Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP.

**Recebido 03/10/2019
Aprovado 15/05/2020**